

## Sindsep/MA participa do 11º Encontro Jurídico da Condsef

Os diretores da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Sindsep/MA, Werbet Cantanhede, José Figueiredo, e o advogado da entidade, Paulo Linhares, participaram do 11º Encontro Jurídico da Condsef/Fenadsef.

Na oportunidade foram discutidos assuntos diversos como negociação coletiva, piso salarial dos Agentes Comunitários e Guarda de Endemias, extinção da Funasa, Act da EBSERH e CONAB.

Durante todo o encontro, foram apresentadas experiências que geraram debates de onde foram tiradas várias deliberações, que serão executadas pelos sindicatos nos estados e pela Condsef em nível nacional.



## MGI afirma que PLN necessário para alterar orçamento segue ao Congresso nos próximos dias

A Condsef/Fenadsef, que representa 80% dos servidores do Executivo Federal, entre outras entidades sindicais, participou nessa sexta-feira, 24, no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da cerimônia de assinatura do termo de acordo que assegura reajuste de 9% a partir de 1º de maio, e acréscimo de R\$200 no auxílio-alimentação da categoria. Segundo o MGI, o projeto de lei (PLN) necessário para alterar a previsão orçamentária no Anexo V, item 5.1, da Lei Orçamentária Anual, já está assinado pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, e deve ser enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias.

A partir desta alteração é que será possível a tramitação de outro Projeto de Lei que vai tratar diretamente do reajuste salarial, considerando os limites orçamentários e jurídicos. O objetivo é que ambos sejam aprovados ainda em abril. Ainda segundo representantes do governo, o auxílio-alimentação que passará para o valor de R\$658 já poderá ser aplicado no contracheque de abril a ser pago no início de

maio, já que este benefício por suas características é pago aos servidores com antecedência. Já o percentual de 9% a ser aplicado na remuneração total de servidores ativos, aposentados e pensionistas da Lei 8.112/90, deverá vir no salário recebido pelos servidores no início de junho.

Segundo a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, após mais de seis anos sem um processo de negociação efetivo, essa foi a negociação mais célere do serviço público, tendo sido tratada como emergencial já que a maioria está há quase sete anos com salários congelados. Assim como os representantes do funcionalismo, Dweck diz esperar que os dois projetos de lei sejam aprovados pelo Legislativo ainda em abril.

A Condsef/Fenadsef também segue reforçando a importância de que o governo possa já encaminhar as propostas que não tem impactos orçamentários, como a instalação imediata das mesas setoriais de negociação e a revogação de atos administrativos que prejudicam servidores

e serviços públicos. Servidores e servidoras também já começam a construir a campanha salarial de 2024. Além de organizar as demandas prioritárias da categoria, as entidades representativas querem debater um tratamento no formato e composição da mesa. Ao longo desse processo de caráter emergencial houve reuniões realizadas em auditório cujo formato não foi de negociação, mas sim com caráter de assembleias que não cabem para a situação.

A expectativa é de que seja possível debater com antecedência o orçamento 2024, discutir e buscar soluções para corrigir distorções no setor público, debater a urgência da realização de concursos públicos, entre outras demandas. "Sabemos que para combater os efeitos do desmonte sofrido pelos serviços públicos e sentido pelos servidores, especialmente nos últimos anos, será necessária muita mobilização, muito debate e também muita luta, por isso, já começamos a trilhar esse caminho desde já", destacou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Fonte: Condsef

## Sonia Guajajara quer plano de carreira da Funai dentro dos 100 primeiros dias de governo

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, quer que o plano de carreira da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) figure no rol das ações que o presidente Lula (PT) pretende apresentar ao Congresso Nacional dentro dos 100 primeiros dias de governo. A mandatária falou sobre o assunto durante conversa com um grupo de trabalhadores da autarquia que fizeram protesto em frente ao prédio da pasta, em Brasília (DF), para pressionar o governo. Guajajara lembrou que o grupo de trabalho da transição havia elencado o plano de carreira como uma das metas prioritárias que deveriam constar no roteiro da nova gestão.

“Quando a gente assumiu, a gente continuou com esse ponto na prioridade de encaminhamento do ministério e a gente colocou já também na pauta como os pontos nossos que precisam estar entre os 100 primeiros dias de governo. Então, daqui a gente encaminhou”, disse, ao afirmar ainda que entregou a proposta de plano de carreira a Lula para avaliação do governo.

“Pode ser que não tenha a prioridade que precisa, e a gente precisa estar conversando. Nós queremos muito destravar essa pauta e [espero] até o final do ano ter isso encaminhado, saindo do Executivo e sendo pautado no Legislativo. Vocês sabem que tem algumas etapas a serem seguidas”, emendou Sonia, ao se remeter aos servidores.

O Ministério dos Povos Indígenas (MPI) entregou ao presidente uma minuta de medida provisória (MP) sobre o assunto. Caso a ideia seja aceita pela cúpula do governo, precisará ser aprovada pelo Legislativo para que o plano possa constar no orçamento de 2023. De acordo com a pasta, a proposta cria diferentes padrões de remuneração e gratificação e se baseia em modelos adotados pelas agências reguladoras, já que a natureza jurídica desses órgãos é a mesma da Funai por se tratarem de autarquias.

Ainda segundo cálculos do MPI, a MP exigiria investimentos da ordem de R\$ 315,5 milhões no próximo ano, com acréscimos graduais que chegariam a R\$ 317,7 milhões em 2026. Atualmente, os valores investidos no funcionalismo do órgão

são de R\$ 271 milhões. A medida alcançaria os atuais 1.343 servidores ativos, os 1.684 aposentados e os 807 instituidores de pensão. Sonia Guajajara afirma que a valorização dos servidores da Funai seria também uma forma de beneficiar os povos indígenas, público-alvo da autarquia.

“A gente está na mesma luta. Conheço bem essa necessidade. Sei que aquilo que não atende bem o servidor da Funai vai estourar diretamente como consequência lá na ponta, nos territórios dos povos indígenas, que são o sentido de a gente estar aqui para fazer essa luta, proteger os territórios, garantir a segurança dos servidores, garantir a proteção dos indígenas”, disse a ministra.

Brasil de Fato  
[Matéria em condsef.org.br](http://Matéria em condsef.org.br)

# IMPOSTO DE RENDA 2023



**ATENDIMENTO\***  
Segunda à Sexta  
08 às 12h e das 14 às 18h

\* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).